

MUSA

museus, arqueologia & outros patrimónios

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

Setúbal, 2010

3

MUSA

museus, arqueologia & outros patrimónios

**Volume 3
Setúbal 2010**

**FIDS & MAEDS
Autarquias do Distrito de Setúbal**

Ficha Técnica

Edição

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS) e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)

Direcção

Joaquim Martins Gonçalves (Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal)

Coordenação Editorial

Joaquina Soares

Conselho Científico

António Nabais
Carlos Marques da Silva
Carlos Tavares da Silva
João Luís Cardoso
Mário Canova Moutinho
Mário Varela Gomes
Victor S. Gonçalves
Vitor Serrão

Conselho Redactorial

Antónia Coelho-Soares
Amélia Pardal
Clara dos Santos
Fernanda do Vale
Germesindo Silva
Graça Filipe
Isabel Vicente
Luís Ferreira
Miguel Correia
Rosa Bela Azevedo
Rosário Gil
Teresa Rosendo

Secretariado e correspondência



Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
Av. Luísa Todi, 162; 2900-451 Setúbal (Portugal)
Telefs - (351) 265239365/265534029; Fax - (351) 265527678
Email - maeds@mail.telepac.pt

© - Direitos reservados pelos autores e MAEDS. Interditada a reprodução de imagens.

Capa

Moinho de Maré do Cais (Montijo). Foto da Câmara Municipal de Montijo.

Contracapa

Estela-menir II da Anta Grande do Zambujeiro, fotos de arquivo do MAEDS; placa de xisto gravada da Anta Grande do Zambujeiro, esc. 1:1, foto de Manuel Ribeiro.

Execução gráfica

Ana Paula Covas

Tratamento de imagens

Ana Castela

Impressão e acabamento

Depósito legal n.º

ISSN

1646-0553

Tiragem

1400 exemplares

Índice

Museus	7
Joaquina Soares <i>Museologia de escala regional. Breve reflexão a partir das rotinas do MAEDS</i>	9
Cíntia Mendes <i>Plano das Memórias do Concelho de Alcochete</i>	21
Carmen Carvalho <i>O Museu Mineiro do Lousal. Mina de Ciência - Centro Ciência Viva</i>	27
Maria Clara Santos <i>O moinho de maré de Alhos Vedros e a exposição temporária “O Ciclo do Pão”</i>	34
Micaela Casaca Sécio <i>O Moinho de maré do Cais. Experiência de uma musealização in situ</i>	43
Francisco Borba <i>O Museu de Setúbal e o seu fundador, João Botelho Moniz Borba</i>	49
Arqueologia	63
Françoise Mayet <i>Robert Etienne (1921 - 2009)</i>	65
Joaquina Soares <i>Dólmen da Pedra Branca. Datas radiométricas</i>	70
Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva <i>Anta Grande do Zambujeiro - arquitectura e poder. Intervenção arqueológica do MAEDS, 1985-87</i>	83
Michelle Teixeira dos Santos <i>Alguns materiais inéditos do Moinho da Fonte do Sol das colecções de arqueologia do Museu Municipal de Palmela</i>	130
Mário Varela Gomes <i>Estela epigrafada, da I Idade do Ferro, da Cerca do Curralão (Almodôvar, Beja)</i>	137
Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, Licínia Nunes Correia Wrench <i>Os primeiros mosaicos romanos descobertos em Caetobriga</i>	149
Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte, Ricardo Miguel Godinho <i>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Augusto Flamengo, n.ºs. 10-12</i>	165
Outros Patrimónios	179
Carlos Beloto <i>Onde e como estão os mosaicos romanos em Portugal? Um olhar do lado da conservação</i>	181
Francisco Rasteiro, Soraia Matos, Marisa Loureiro, João Santos <i>Sistema do Frade</i>	197
Rosalina Carmona <i>Barreiros e Barreiro. Considerações em torno de um topónimo</i>	207
António Camarão <i>Alburrica - Mexilhoeiro. Um conjunto patrimonial</i>	215
Alexandre Arménio Tojal <i>Platibandas: funcionalidade e estética na arquitectura doméstica oitocentista da Aldeia Galega / Montijo</i>	221
Adelina Gomes Domingues <i>As artes de pesca em Sesimbra</i>	229
Ana Alcântara <i>A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)</i>	237
Carmen Carvalho e Purificação Pereira <i>Os lagares de azeite na vila de Grândola</i>	247
Carlos Mouro e Horácio Pena <i>Um colecionador de utilidades: António Casimiro Arronches Junqueiro (1868-1940)</i>	257
Gentil José Cesário <i>1755 - O terramoto de todos os santos em Santiago do Cacém</i>	279

O moinho de maré de Alhos Vedros e a exposição temporária “O Ciclo do Pão”

MARIA CLARA SANTOS*

RESUMO

O moinho de maré de Alhos Vedros encontra-se associado a uma vivência económica e social passada que imprimiu um cunho particular ao actual concelho da Moita; por esta razão importa dar a conhecer a sua identidade histórica. Foi na sequência do projecto de recuperação funcional deste moinho que se realizou a primeira exposição temporária de média duração, cuja temática incidiu sobre “O Ciclo do Pão”.

«A história do Homem tem sido, desde o início,
A história da luta pelo pão de cada dia.»¹

Josué de Castro

O MOINHO DE MARÉ

Na demanda de elementos para o estudo histórico do moinho de maré de Alhos Vedros, no Arquivo Distrital de Setúbal, deparámos com um conjunto de documentos referentes às escrituras de arrendamento e insertos nos *Livros de Notas*, uma vasta colecção de fundos notariais, cujas datas extremas vão de 1577 até 1855. Estas escrituras são importantes documentos que nos dão a conhecer um precioso manancial de informações sobre as estruturas de moagem em geral e o moinho de maré de Alhos Vedros, objecto do nosso estudo, em particular. Neste preâmbulo não se pretende, porém, fazer um estudo exaustivo do moinho, mas tão somente fazer uma sinopse histórica do edifício para melhor conhecer a sua identidade enquanto testemunho patrimonial.

ABSTRACT

The tidal mill of Alhos Vedros was part of an economic and social context that marked the region of Moita deeply; therefore it is important to teach others about its historical importance. It was in the sequence of the rehabilitation project - which included a restoration of the mill to a functional state - a temporary exhibition took place with the title “The Cycle of Bread”.

A nível de documentação, não temos referências concisas quanto à data de sua construção. Contudo, temos notícia do primeiro contrato de arrendamento, datado do ano de 1633, o que nos leva hipoteticamente a remontar a edificação primitiva aos inícios da centúria de seiscentos. Este mesmo documento fornece-nos informes precisos sobre a propriedade, a localização do moinho, o número de mós e o pagamento de quarenta alqueires de trigo à Ordem de Santiago, o senhorio religioso de todo o território a sul do Tejo. Sabemos, assim, que Tristão de Mendonça Furtado², fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador da Ordem de Cristo, era o proprietário do moinho de maré «[...] que esta nesta villa que tem cinco engenhos tres alveiras³ e dous castelhanos⁴ todos moentes correntes que esta leguado as suas casas com quem parte da banda do nascente o qual muinho aqui confrontado e declarado pagua

* Câmara Municipal da Moita/Departamento dos Assuntos Sociais e Cultura.

1 - *A Geografia da Fome*, de Josué de Castro, citada por Patrícia e Don Brothwell, em *A Alimentação na Antiguidade*, Lisboa, editorial Verbo, 1971, p.16.

2 - Tristão de Mendonça Furtado, casado com Dona Helena Manoel, fez parte do grupo de fidalgos que planearam e executaram a revolução de 1º de Dezembro de 1640, sendo designado, pelo rei D. João IV, em 1641, embaixador na Holanda, com vista a reatar as relações amigáveis e diplomáticas entre os dois países.

3 - Alveiras são as mós que moem o trigo.

4 - Castelhanas são as mós dedicadas a cereais menos nobres, como o centeio e o milho-miúdo, entre outros.

cada hum anno corenta alqueires de trigo amafil⁵ a ordem de Santiago na Comenda desta villa [...]».⁶

Passados trinta e três anos, a segunda escritura de arrendamento conhecida, celebrada a 12 de Julho de 1666, entre o moleiro Filipe Brandão e Dona Helena Manoel, viúva e tutora do seu neto órfão, Tristão de Mendonça Furtado, dá-nos conhecimento de que o moinho de Alhos Vedros era designado por “Asenha” e era arrendado juntamente com outro moinho, denominado “Novo”, tal como é testemunhado no seguinte excerto: «[...] *entre os maes bens de Rais que o dito seu netto tem e pesue nesta dita villa são dois moinhos hu a que chamão o moinho novo outro que chamão dazinha de que o dito Felipee Brandão de ambos he moleiro [...]*».⁷

Em 1670, temos outro arrendamento, no qual constam os dois moinhos, feito também por Dona Helena Manoel, em virtude do seu neto, filho de António de Mendonça Furtado, ainda ser de menor idade.

Subsequentemente, no ano de 1680, temos nova escritura dos dois moinhos, oficiada entre Tristão de Mendonça Furtado⁸ e Domingos da Costa, morador na vila de Alhos Vedros, e dá-nos a notícia de que o moinho tinha apenas quatro engenhos a funcionar, «[...] *que ele entre as mais propriedades de rrais que ele tem e pesuhe de que esta de pose mansa e pasifiquamente sem contradisam de pessoa alguma bem asim he dois moinhos que ele tem nesta dita villa chamado hu deles asenha e o outro moinho novo que parte com suas devidas comfrontasoins e demarquasoins com que de direito devam e ajam de partir e confrontar os quais moinhos tem nove engenhos moentes e correntes a saber, moinho novo sinquo engenhos e o moinho chamado asenha quatro engenhos [...]*».⁹

O facto do moinho de maré possuir, em 1680, quatro engenhos de moagem, leva-nos a crer que o

quinto engenho, mencionado na escritura de 1633, terá deixado de operar, muito provavelmente, por motivos de assoreamento da seteira, o canal que liga a caldeira ao rodízio. Nos arrendamentos seguintes de que temos conhecimento, referentes aos anos de 1686, 1692, 1697, 1704, 1710, 1714 e 1727, o moinho de maré esteve sempre na posse de Tristão de Albuquerque Mendonça Furtado e os seus rendeiros nem sempre eram moleiros, como documenta a escritura de 1714, cujo rendeiro era o alfaiate Manuel da Silva.

O arrendamento lavrado em 1748 facultou-nos informes muito importantes, alusivos à propriedade do moinho de Alhos Vedros, cuja administradora era então Dona Catherina do Pilar e Mendonça¹⁰, «[...] *tetora e adeministradora dos bens do morgado de seu filho menor Tristam de Albuquerque Mendonça Furtado que o hé por provizam de Sua Magestade julgada e abonada no Juiz dos Orfãos desta dita villa dava e setinha ajustado dar de aRendamento o Moinho daZenha asim chamado que está junto ao Cais desta dita villa que hé de sua adeministração pertença do dito morgado de renda por tempo de tres annos a Antonio Tavares por presso logo declarado e estopolado de cento e vinte mil reis em cada hum anno pagos Aos quarteis de tres em tres mezes de trinta mil reis livres para ella senhoria em bom denheyro do corente neste Reyno [...]*».¹¹

Dona Catherina de Pilar e Mendonça manteve-se na posse e administração do moinho até 1756, ano em que oficiou outro contrato, com o moleiro António Tavares.

No ano de 1758, foi lavrada uma escritura de arrendamento, entre o Excelentíssimo Senhor Dom Martinho Lourenço de Almeida,¹² com o moleiro António Tavares, pois «[...] *entre os mais bens e pro-*

5 - Trata-se de uma variedade de trigo.

6 - “Arrendamento que fez Tristam de Mendonça Furtado de hum moinho a Domingos Joam”, de 12 de Setembro de 1633.

7 - “Arrendamento que fez Donna Helena Manoel a Felipee Brandão desta villa de Alhos Vedros dos moinhos do seu neto”, de 12 de Julho de 1666.

8 - Trata-se de Tristão de Albuquerque Mendonça Furtado, neto de Dona Helena Manoel e de Tristão de Mendonça Furtado. Foi casado, pela segunda vez, com D. Violante Francisca Henriques. Foi Mestre de Campo do Terço de Setúbal, uma unidade de infantaria dos exércitos português e espanhol, dos séculos XVI e XVII, de efectivo correspondente ao actual regimento.

9 - “Escritura de arrendamento de dois moinhos que fez Tristam de Mendonça Furtado a Domingos da Costa desta villa de Alhos Vedros”, de 16 de Agosto de 1680.

10 - Dona Catherina do Pilar e Mendonça era viúva de Jozé de Albuquerque Mendonça Furtado, filho de Tristão de Albuquerque Mendonça Furtado e de D. Violante Francisca Henriques.

11 - “Escritura de arrendamento que faz D. Catherina de Pilar e Mendonça de hum Moinho chamado aZenha a Antonio Tavares por tempo de tres annos”, de 29 de Janeiro de 1748.

12 - Dom Martinho Lourenço de Almeida era casado com Dona Teresa da Madre de Deos Mendonça Furtado, proprietária do Morgado da Cova.

*priedades de Rais que tem e de que esta de posse pertencentes ao Morgado de sua mulher a Exselenissima Senhora Donna Tereza da Madre de Deos Mendonça Furtado*¹³ *bem assim he hum moinho chamado da Asanha que esta junto ao palacio onde assiste que he do dito Morgado, [...]*».¹⁴

Ora esta informação leva-nos a inferir que Dona Tereza da Madre de Deos Mendonça Furtado terá herdado o Morgado da Casa da Cova, do qual fazia parte entre outros bens, o moinho de maré de Alhos Vedros, por morte de seu irmão Tristão de Albuquerque Mendonça Furtado¹⁵, isto se tivermos em consideração que um morgado era um conjunto de bens e rendimentos indivisíveis e inalienáveis, transmitidos em linha masculina e através do filho primogénito. Posteriormente, este morgado foi transmitido, por falecimento de Dona Tereza da Madre de Deos Mendonça Furtado, em virtude de não ter deixado descendência, ao seu tio, Luís de Mendonça Furtado, tal como vem descrito nas escrituras de arrendamento de 1759 e 1762 e que passamos a citar: «[...] *no Palácio do Preclarissimo*¹⁶ *e Exselenissimo Senhor Luís de Albuquerque Mendonça Furtado [...], estava prezente de huma parte a Preclarissima e Exselenissima Senhora Donna Igenes Joanna de Carcomo sua molher [...]* *que entre os mais bens e propriedades de Rais que ella e o Preclarissimo seu marido tem e pusuem pertencentes ao Morgado da Caza da Cova dito do Morgado que lhes ficou de sua sobrinha a Exselenissima Senhora Donna Tereza da Madre de Deos Mendonça Furtado bem assim he hum moinho chamado da aSanha junto ao Palacio pertencente ao mesmo Morgado [...]*».¹⁷

Após o ano de 1762, temos um intervalo de tempo para o qual não dispomos de quaisquer registos notariais, surgindo depois, em 1800, outro contrato de arrendamento, celebrado entre Luís de

Albuquerque Mendonça Furtado¹⁸ e o rendeiro José da Silva, como é evidenciado no seguinte excerto do documento: «[...] *no Palacio do Porto desta villa de Alhos Vedros do Exselenissimo Luís de Albuquerque Mendonça Furtado [...]* *he senhor e pusuidor de hum moinho de ágoa salgada sito neste mesmo Porto e consta de tres engenhos de moer pão e pello ver dezembrasado elle dito procurador em seu nome se contratara com o dito Joze da Silva o lhe arrendar por tempo de tres annos [...]*».¹⁹

A referência ao Palácio, a identificação do lugar como sendo o Porto da vila e ainda a menção ao moinho de maré como tendo apenas três mós a funcionar, são testemunhos factuais de grande importância para a construção da identidade histórica daquele edifício e são um precioso indicador de que o moinho de maré teve um processo evolutivo, passando por diferentes fases de trabalho, as quais se iniciaram com cinco engenhos, sucedendo quatro e, numa fase mais tardia, apenas três engenhos, reflexo de uma dimensão temporal que é inerente ao próprio moinho. Aliás, sabemos pela escritura de arrendamento, datada de 9 de Agosto de 1808 e rectificada um mês depois por outra, de 16 Setembro do mesmo ano, que o edifício padecia de alguma ruína e tinha necessidade de obras, «[...] *cujas obras comvem a saber a serem concertos de muro*²⁰, *paredes, e telhados do mesmo moinho e tudo o mais que he nescesario para a conservação do mesmo moinho, [...]*».²¹

A situação física registada neste documento é corroborada por um outro, inserto no *Desembargo do Paço*, referente a uma hipoteca do Morgado da Casa da Cova, feita pelo seu proprietário, Luís de Albuquerque Mendonça Furtado, no valor de trinta mil cruzados. Dada a sua importância enquanto fonte documental, passamos a transcrever o extracto que está relacionado com aquela informação: «[...] *Luis*

13 - Dona Teresa da Madre de Deos Mendonça Furtado era filha de Jozé de Albuquerque Mendonça Furtado e de Dona Catherina do Pillar e Mendonça.

14 - Escritura de Arrendamento, de 18 de Agosto de 1758.

15 - Luís de Mendonça Furtado era filho de Tristão de Albuquerque Mendonça Furtado e de D. Violante Francisca Henriques, sendo por conseguinte irmão de Jozé de Albuquerque Mendonça Furtado. Foi casado com Dona Inês Joana de Cárcomo, de quem teve uma filha, Violante Maria Catarina de Mendonça.

16 - Palavra que deriva de preclaro, pessoa famosa, ilustre.

17 - “Escratura de aRendimento do moinho da aSanha”, 1 de Fevereiro de 1762.

18 - Luis de Albuquerque Mendonça Furtado aparece, em alguns documentos, referido com o nome de Luís Maria de Albuquerque Mendonça Furtado. Era filho de João de São Payo Mello e Castro e de Dona Violante Maria Catarina de Mendonça, sendo por conseguinte, neto de Luís de Mendonça Furtado e de Dona Inês Joana de Cárcomo.

19 - “Escratura de aRendimento do moinho da asenha”, de 18 de Outubro de 1800.

20 - Refere-se aos muros da caldeira.

21 - “Esriptura de aRendimento do moinho da Asenha”, de 9 de Agosto de 1808.

de Albuquerque Mendonça Furtado, Brigadeiro dos Exércitos de V. Magestade, e Tenente de S. Vicente de Bellem: [...] actual administrador dos morgados da Caza da Cova, que reprovierão de seus ascendentes, e entre as propriedades de que se compunhão erão dous moinhos de água, no citio de Alhos Vedros, hum²² dos quaes deitara abaixo D. Caterina do Pilar de Mendonça antes do terramoto do primeiro de Novembro de mil sete centos sincoenta e sinco, tempo em que era administradora dos ditos morgados, o qual preceizava ser reedificado inteiramente; e o outro padecera grande ruína no mesmo terramoto, a qual chegava ao Palácio da Cova, e porque herão indispensavelmente necessários fazer a dita reedificação e mais consertos, e não tinha bens livres que empenhase, nem se achavão nos termos de se poder remir por outro meyo, que não fosse o de empenhar os mesmos morgados. Pedia a V. Magestade lhe fizesse mercê conceder provisão para empenhar os ditos morgados na quantia de trinta mil cruzados para com ella reedificar, e consertar as ditas propriedades, em que os morgados recebião utilidade.»²³

A notícia de que o moinho padecera ruína com o terramoto de 1755 não foi motivo de impedimento para que continuasse a funcionar, só possível de ser justificado pelos arrendamentos consecutivos, celebrados em 1756, 1758, 1759 e 1762 e já anteriormente mencionados. Tudo parece indicar que as obras necessárias no moinho limitavam-se a consertos a nível das paredes, do telhado, do assento e também dos muros da caldeira, provavelmente, levadas a cabo, no início do século XIX, ou seja, posteriormente ao contrato de arrendamento de 1808. Contudo, não dispomos actualmente de informação que nos permita afirmar quando foi esta estrutura recuperada e ampliada para os seis engenhos, isto é, quando é que o moinho adquiriu a sua imagem arquitectónica, tal como a conhecemos hoje, já que naquela época tinha somente três pares de mós a funcionar. Sabemos apenas que, para se levarem a efeito estas obras no moinho, bem como das outras propriedades (Palácio

e Moinho Novo), Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado teve que hipotecar os bens e os rendimentos do Morgado da Casa da Cova, sendo estes avaliados por um auto de vistoria, da seguinte forma: para o Moinho do Cais era necessário um valor de dois contos de réis para sua recuperação, valor esse que poderia render depois do conserto duzentos mil réis; para o Moinho Novo era precisa uma quantia de quatro contos e quatrocentos mil réis que renderia a quantia de quatrocentos e cinquenta mil réis e para o Palácio da Cova seriam necessários onze contos de réis para o seu restauro e sendo consertado poderia valer a renda de três mil e quinhentos cruzados.²⁴ A hipoteca terá sido, assim, a garantia real para o empréstimo que Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado haveria de contrair com o seu credor.

O último arrendamento conhecido, realizado, ainda, no tempo deste administrador, data de 9 de Dezembro de 1822 e trata-se de uma sublocação, entre o primeiro rendeiro, João Vicente de Oliveira Cajado²⁵ e Izidoro Rodrigues, oficial de moleiro, por um período de três anos, como era habitual nestes contratos. Este documento não acrescenta nada de novo aos conhecimentos que já dispomos sobre o moinho de maré, nem tão pouco faz referência ao número de engenhos, informação que seria muito preciosa para sabermos se o moinho, nesta época, já estava a funcionar com as seis mós. A partir desta data, deixamos de ter escrituras de arrendamento, referentes ao moinho, nos Livros Notariais de Alhos Vedros, havendo por conseguinte necessidade de continuar com a investigação em outros documentos notariais, com vista a continuarmos com a reconstrução da sua identidade histórica. Porém, por fontes indirectas, relacionadas com os aforamentos de terras, tomámos conhecimento que, no decorrer do século XIX, o Morgado da Casa da Cova passou para a posse da terceira Condessa de São Paio, Dona Violante Maria Rita de São Payo Albuquerque de Mendonça Furtado Mello e Castro Moniz e Torres de Luzignano²⁶, viúva do Conde de São Payo, Dom António Luis de São Payo Mello e Castro.

22 - Trata-se do Moinho Novo, daí a razão porque deixou de constar nas escrituras de arrendamento com o Moinho da Asenha.

23 - A.N.T.T., Desembargo do Paço (Estremadura e Ilhas), Doc.54, Maço 2077.

24 - Ibidem.

25 - João Vicente de Oliveira Cajado era afilhado de Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado e vivia no Palácio da Cova.

26 - Violante Maria Rita de São Paio Albuquerque de Mendonça Furtado Mello e Castro Moniz e Torres de Luzignano era sobrinha, por via materna, de Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado. Era filha de Maria Inês de Albuquerque Mendonça Furtado e de Manuel Maria Baltasar de São Paio Melo e Castro Torres e Luzignano, primeiro marquês e segundo conde de São Paio.

Na primeira metade do século XX, por volta de 1916, e, segundo as informações orais, colhidas junto do filho²⁷ do último moleiro, Manuel José Moreira, o moinho era pertença de José Gago da Silva e laborou até 1939-1940, altura em que foi vendido a José Valagão, um industrial de cortiça de Alhos Vedros. Segundo as mesmas fontes, foi este novo proprietário que decidiu construir o piso superior, com vista a criar um espaço para armazenar as caixas da fábrica.

Em 1986, o edifício foi adquirido pela Câmara da Moita, com a intenção de se proceder a um programa de recuperação que visasse o seu aproveitamento museológico, com objectivos de divulgação cultural e pedagógica. Actualmente, constitui um bom exemplo arquitectónico dos sistemas tradicionais de moagem que se estabeleceram na margem esquerda do Tejo, num determinado tempo e num determinado contexto histórico, reflectindo, por conseguinte, a memória de um trabalho que marcou, inegavelmente, não só a vida económica, como também a paisagem cultural do espaço que hoje habitamos.

A EXPOSIÇÃO “O CICLO DO PÃO”

No âmbito da recuperação funcional do moinho de maré de Alhos Vedros, levada a cabo pela Câmara Municipal da Moita entre Abril de 2006 e Abril de 2007, insere-se a realização da primeira exposição temporária de média duração, cuja temática incidiu sobre “O Ciclo do Pão”. A definição do tema e a selecção dos conteúdos a abordar constituiu a primeira etapa desta exposição, o que exigiu um trabalho consentâneo de pesquisa bibliográfica e de recolha de informação e de imagens, quer junto de diferentes instituições²⁸, quer de pessoas particulares e municipais do concelho²⁹ que gentilmente cederam documentos fotográficos, livros e instrumentos associados às diferentes fases deste ciclo.

Na abordagem dos conteúdos, definiu-se uma estrutura segundo uma sucessão lógica dos assuntos



Fig. 1 - Moinho de maré de Alhos Vedros com a sua arcaria em pedra, após os trabalhos de recuperação. Fotografia de José Presumido.

a tratar e cujo percurso foi repartido pelos dois espaços disponíveis no moinho. Assim sendo, a arquitectura da exposição apresentava a seguinte disposição: – no primeiro andar ficaram patentes os painéis referentes a: – *Cronologia; Tudo começou no Crescente Fértil...; Distribuição geográfica dos cereais em Portugal; Da lavra à sementeira; Da monda à sacha; Da ceifa à eira; Da debulha à limpeza*. No rés-do-chão, correspondente à sala das moendas, foram apresentados os restantes temas do conjunto: – *Do celeiro à moagem* (subdividido em o trabalho do moleiro e os sistemas tradicionais de



Fig. 2 - Exposição “O Ciclo do Pão”, no piso superior do moinho de maré. Fotografia de José Presumido.

27 - O senhor Artur Moreira era filho do último moleiro do moinho de maré, tinha no ano de 1990, altura em que foi entrevistado, 78 anos.

28 - Biblioteca Nacional, Ecomuseu Municipal do Seixal, Museu Nacional de Etnologia/Centro de Estudos de Etnologia, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), Ministério da Agricultura e Rancho Etnográfico Danças e Cantares da Barra Cheia.

29 - Alberto Pereira, Alzira Joaquina Delgado Santos, Fernando Almeida, Fernando Manuel Sousa de Carvalho, Fernando Miguel, João Vitorino Lopes Coelho, José Ismael Ribeiro Chula, José Maria Paisana Canas, Marcolino Fernandes, Maria Bernardina Corado, Maria Manuel Reis Horta e Rosa Nunes.

moagem); *Do moinho à confecção do pão* e por último *A etnografia do pão*. Considerando ainda a riqueza do adagiário popular, cada tema foi precedido de um provérbio³⁰, relacionado com os conteúdos abordados.

De acordo com o plano temático, pretendeu-se com a exposição “O Ciclo do Pão” dar a conhecer um percurso que se inicia com um quadro cronológico em que se registam os mais importantes dados factuais, referentes à expansão geográfica dos cereais pelas diferentes regiões do mundo, a história das principais gramíneas (trigo e cevada) e a sua importância, enquanto principal fonte alimentar, nas primeiras comunidades humanas, a distribuição tripartida dos cereais em Portugal, de acordo com o clima e os terrenos, segundo o esquema apresentado pelo geógrafo Orlando Ribeiro³¹, seguindo-se depois as diferentes operações agrícolas, relacionadas com a produção de cereais, passando pela moagem e os diferentes sistemas tradicionais de trituração, terminando o processo com todo o ritual que está associado à confecção do pão, a última fase de uma sucessão de vários trabalhos, intimamente ligados à terra.

A ideia/projecto desta exposição surgiu no decorrer da proposta do programa funcional que se pretendia instalar no moinho de maré de Alhos Vedros e com base no qual os técnicos da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) realizaram o projecto de arquitectura para posterior recuperação do imóvel. Tendo em consideração que este património constitui um testemunho material da identidade histórica local, associado a uma vivência económica e social passada que imprimiu um cunho particular a este espaço histórico-geográfico que corresponde ao actual concelho da Moita, convinha salientar a importância destas complexas estruturas na moagem de cereais e por conseguinte fundamentais no processo do ciclo do pão. Como a trituração dos cereais para os reduzir a farinha constitui uma etapa imprescindível para a confecção do pão, um dos objectivos da exposição foi precisamente situar o processo de farinação num contexto evolutivo, de forma a ajudar o visitante a ter uma perspectiva mais ampla e global, necessária para a compreensão da importância patrimonial dos moinhos de maré, enquan-



Fig. 3 - Charrua em ferro, integrada na exposição “O Ciclo do Pão”, no piso superior do moinho de maré. Fotografia de António Gaspar.

to registos da actividade moageira e da paisagem cultural da margem esquerda do Tejo.

Sendo as exposições meios de comunicação e processos de apreender as diferentes realidades, presentes ou passadas, procurou-se através desta viagem pelo ciclo do pão, não só transmitir conhecimentos, como envolver e cativar o público para a importância de todo um legado cultural que está associado aos trabalhos tradicionais, destinados a produzir pão, alimento remoto na sua origem, mas sempre actual e imbuído de uma grande sacralidade ao longo de todo o processo. É todo este conjunto vivencial, expressão de diferentes memórias, que procurámos apresentar através de visitas participadas; aliás muitos dos



Fig. 4 - Exposição “O Ciclo do Pão”, na sala de moagem do moinho de maré. Fotografia de José Presumido.

30 - Ano de nevão, ano de pão. Semeia no pó, colherás mó, semeia-me na lama, chora-me na cama. Maio faz o pão e Agosto o milhão. No mês de S. João, segará o teu pão. Às pancadas se malha o pão. Quem ao moinho vai, enfarinhado sai. Peneira-me quem quiser, amasse-me quem soubber.

31 - RIBEIRO, Orlando (1987) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5ª.edição, Lisboa, Editora Sá da Costa, p. 184.



Fig. 5 - Exposição “O Ciclo do Pão”, na sala de moagem do moinho de maré. Fotografia de José Presumido.



Fig. 6 - Perspectiva geral da exposição “O Ciclo do Pão”, na sala de moagem do moinho de maré. Fotografia de José Presumido.

visitantes que passaram por esta exposição reviram-se nos trabalhos aí descritos, bem como recordaram memórias de infância, relacionadas com a confecção do pão. Assim, ao promover-se o acesso, a fruição e o conhecimento destes testemunhos culturais, não só se criou um espaço de sensibilização, na medida em que fez despertar relações de afecto e sentimentos de pertença entre as pessoas e o seu passado, como se valorizou o moinho de maré, enquanto peça patrimonial e espaço de narração e compreensão de diferentes vivências e de preservação de memórias. Neste entendimento de património, o moinho de maré passou também a ser vivenciado e partilhado pela população.

Um outro dos objectivos da exposição foi mostrar, sobretudo para as gerações mais jovens, que o pão, alimento presente todos os dias na nossa mesa, é o resultado de uma cadeia de muitos trabalhos que se desenvolvem ao longo de um ano. Este é o ciclo do pão que acompanha, por sua vez, o ciclo da vida de cada comunidade rural tradicional, na medida em que imprime ritmos de trabalho ao seu quotidiano, de

acordo com um calendário agrícola estabelecido para cada um dos cereais. As práticas e tarefas agrícolas são imbuídas de uma ritualidade sagrada, pertencentes a um universo tradicional que já desapareceu ou está em vias de se extinguir, com a introdução da mecanização na agricultura. Por isso, considerou-se importante dar a conhecer todo esse trabalho que constituiu a fonte de vida de muitas gerações. Esta informação, sempre que possível, foi cruzada com aspectos particulares do concelho da Moita que teve uma vertente agrícola muito importante até aos inícios da segunda metade do século XX, ocupando a cultura cerealífera³², trigo e posteriormente o milho, um lugar de relevo. Documentos datados do início do século XIX³³ forneceram-nos um interessante quadro do património agrário do concelho da Moita, ao testemunharem a importância, a par com o plantio da videira, do cultivo de cereais destinados a produzir farinha para a confecção de pão. Expressões como “terras de pam”, “terras de semear” ou “terras de semeadura” são utilizadas nessas escrituras para especificar o cultivo

32 - A quinta de S. Lourenço, propriedade de José de Sousa Costa, localizada no Chão Duro, testemunha esta importância, ao ter recebido a primeira classificação, na produção de trigo, na categoria de média exploração, durante cinco anos consecutivos, 1959-60, 1960-61, 1961-62, 1962-63 e 1963-64. No âmbito do Concurso Nacional de Empresa Agrícola Predominantemente Cerealífera foi-lhe igualmente conferido o monumento ao trigo, no qual consta a figura em bronze do Santo Isidro, protector da agricultura.

33 - Excerto da escritura referente à venda de uma fazenda, situada no Alto da Malhada, que vendeu José Francisco, de apelido “O Do Forno” e sua mulher Rita Ignácia, a Luís da Silva Braga: “Elogo por elles ditos Joze Francisco e sua mulher Rita Ignacia foi dito a mim Tabalião perante as testemunhas no fim declaradas e assignadas que eles são senhores e pesuhidores de huma fazenda que consta de vinha e terras de Pam e algum mato sita em o alto da Malhada, termo desta villa (...).”

Arquivo Distrital de Setúbal, Livro Notarial da Moita Nº.5/30, Tabelião Manuel Roiz da Silva (1802-1804), Fl. 40.

Transcrição de uma outra escritura, alusiva à compra e venda de uma fazenda que constava também de vinhas e terras de semear, termo que está aqui associado à cultura de cereais:

“Elogo por elles autorgantes Manoel Soares e sua mulher (da cidade de Lisboa), me foi dito a mim tabalião na presença das testemunhas ao diante declaradas e assignadas que elles entre os bens de raiz de que estão em mança e pacífica posse bem assim he hua Fazenda Predio rustico sita nos limites desta villa e sitio denominado de Agoa Doce, a qual consta de vinha, e terras de semear denominadas de Brejo, (...).”

Arquivo Distrital de Setúbal, Livro Notarial da Moita Nº.5/32, Tabelião Manuel Roiz da Silva (1806-1812), Fl. 41.

de cereais panificáveis. No âmbito de uma abordagem geral, pretendeu-se, deste modo, salientar também a relevância da agricultura cerealífera no concelho da Moita, evidenciando-se, deste modo, um aspecto particular da economia local, desconhecido da maioria das pessoas, mas fundamental para a compreensão e o entendimento das relações económicas que se estabeleceram neste espaço histórico-geográfico.

A presente exposição procurou também articular os instrumentos de trabalho, utilizados no decurso das sucessivas operações, com os conteúdos que documentavam o processo da cultura dos cereais, com o objectivo de dar a conhecer a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de ver a funcionar um arado, uma charrua ou um trilho. Os objectos foram apresentados segundo uma ordenação lógica e funcional, com um estilo muito simples e despojado, com o propósito de apenas mostrar os modelos das diferentes alfaias agrícolas e das outras ferramentas. Neste jogo de composição, teve-se em consideração a distribuição das formas e a repartição dos volumes, pelo espaço físico do moinho, visando essencialmente um equilíbrio espacial, concomitantemente com a ilustração dos temas etnográficos. Para tornar a sua leitura inteligível, foi elaborado um desdobrável com breves notas explicativas para cada peça, de forma a auxiliar o visitante no seu itinerário. A exposição “O Ciclo do Pão” visou, assim, documentar, através de um conjunto de objectos, a herança social da comunidade local, na sua expressão material. Ao apreender formas e expressões materiais locais, a exposição constituiu-se como uma espécie de síntese etnográfica da comunidade que urge presentemente preservar.

Além da apresentação dos materiais, um outro aspecto físico da exposição a ter em conta e de grande relevância para a sua inteligibilidade foi a concepção gráfica. Os painéis temáticos foram executados, segundo o plano de trabalho, em lona opaca com impressão digital e ocupavam a altura mural de dois metros e vinte cinco centímetros. Na concepção expositiva foram utilizados os meios gráficos e cromáticos mais adequados ao local, de forma a transmitir força visual e dinamismo aos temas abordados, tornando-os atractivos e agradáveis na sua leitura,

Figs. 7 e 8 - Descamisada do milho, em cima. Em baixo, limpeza do milho ao vento. Cenas de reconstituição das actividades tradicionais pelo Rancho Etnográfico Danças e Cantares da Barra Cheia. Fotografias de José Presumido.



criando-se simultaneamente um espaço de diálogo com o público visitante.

Durante o período em que a exposição esteve patente no moinho de maré, procurou-se evocar, através de algumas demonstrações ao vivo, as actividades tradicionais associadas à desfolhada, malha do milho e confecção do pão, recorrendo para o efeito aos saberes tradicionais ainda existentes no concelho, com a participação dos elementos de ranchos folclóricos³⁴. Estas manifestações culturais, que fazem parte do complexo cultural tradicional de uma época, constituem hoje verdadeiras lições de aprendizagem que nos ajudam a compreender a realidade passada, nas suas múltiplas vertentes: material, humana e memorial. Nesta perspectiva, ao explorarmos o tema através da realização de actividades de reconstituição, promoveu-se a visualização funcional de alguns materiais no seu contexto etnográfico, permitindo um conhecimento mais amplo da vida e das actividades apresentadas e documentadas na exposição. Estas iniciativas de animação contribuíram não só para dinamizar o espaço expositivo, como também ajudaram a aumentar o número de visitantes.

Na verdade, a exposição “O Ciclo do Pão” procurou conciliar de forma harmoniosa três princípios: documentar bem o tema, quer através dos meios gráficos, como imagens, textos e mapas, quer através de ferramentas de trabalho e livros; apresentar todos esses materiais numa linguagem expositiva inteligível, de forma a permitir a comunicação e o conhecimento dos assuntos tratados; transmitir um conjunto de vivências e de saberes tradicionais praticamente extintos, de forma explicativa e interpretativa. Como escreveu Veiga de Oliveira, “não há ideia ou teoria, por mais complexa que seja, que não seja susceptível de se pôr ao alcance do visitante comum, desde que se consiga relacioná-la com a sua experiência pessoal.”³⁵.



Fig. 9 - Cena de reconstituição das actividades tradicionais: Amassar o pão de milho, pelo Rancho Etnográfico Danças e Cantares da Barra Cheia. Fotografia de José Presumido.



Fig. 10 - Cena de reconstituição das actividades tradicionais: desenformar o pão, pelo Rancho Etnográfico Danças e Cantares da Barra Cheia. Fotografia de José Presumido.

34 - O Rancho Etnográfico de Danças e Cantares da Barra Cheia foi o primeiro grupo a participar nestas actividades de reconstituição, com a prestimosa colaboração do senhor Fernando Miguel e de todos os elementos do rancho.

35 - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, (1971) - *Apontamentos sobre Museologia e Museus Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, p. 99.